



CONCURSO PÚBLICO CP 04/2024

CADERNO DE ENCARGOS

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEL E
GASÓLEO DE AQUECIMENTO, POR LOTES

Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres

OUTUBRO 2024

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 1.^a
ENQUADRAMENTO

1. O objeto do presente procedimento, de acordo com a descrição apresentada nas Especificações Técnicas – Parte II do Caderno de Encargos, consiste no **“Fornecimento Contínuo de combustível e gasóleo de aquecimento, por lotes”**, para a Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres.
2. Os lotes objeto do presente procedimento em causa são:
 - 2.1. Lote 1: Gasóleo simples e gasolina simples 95;
 - 2.2. Lote 2: Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Juncais e Fornos de Algodres;
 - 2.3. Lote 3: Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Muxagata e Queiriz.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, o fornecedor fica obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais, que se encontrem em vigor e que se relacionem com o fornecimento objeto do contrato.
4. A responsabilidade pelo fornecimento objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo a Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres (doravante designado abreviadamente por Entidade Adjudicante), a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o fornecedor.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

CLÁUSULA 2.^a
OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual por Concurso Público, que tem por objeto principal o **“Fornecimento contínuo de combustível e gasóleo de aquecimento, por lotes”**, para a Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres, doravante designada por APSCDFA, nos termos do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho, (doravante designado por CCP), nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II.

CLÁUSULA 3.^a
CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- 2.1. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- 2.3. O presente caderno de encargos;
- 2.4. A proposta adjudicada;
- 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, e aceites pelo Fornecedor, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª

PRAZO CONTRATUAL

1. Para cada um dos lotes objeto do procedimento, o contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data da aposição da última assinatura eletrónica qualificada no respetivo contrato escrito.
2. O contrato terá a duração de **12 (doze) meses, renovável automaticamente por igual período até ao máximo de 24 (vinte e quatro) meses.**
3. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, para cada lote, o contrato terminará a sua vigência quando for atingido o primeiro dos seguintes limites:
 - a) Prazo de execução máximo de 24 (vinte e quatro) meses.
 - b) Na data de renovação do contrato caso alguma das partes comunique a intenção de não renovação do contrato;
 - c) Somatório do valor de todos os fornecimentos atingir o preço base fixado para o lote objeto do contrato.
4. Em cada lote, quando verificado o disposto no número anterior da presente cláusula, extinguem-se apenas as obrigações e condições constantes no contrato relativas a esse lote.
5. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 2, e caso não tenha sido atingido o preço contratual estabelecido para o lote no âmbito do presente procedimento, o mesmo extingue-se sem que assista ao fornecedor o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

CLÁUSULA 5.^a**OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Fornecer os bens identificados na sua proposta, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas – Parte II, do presente Caderno de Encargos, demais documentos contratuais;
 - 1.2. Esclarecer a Entidade Adjudicante em quaisquer dúvidas relacionadas com o objeto do contrato;
 - 1.3. Garantir a todo o momento a qualidade dos bens, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - 1.4. Manter o valor de desconto e os preços unitários dos bens apresentados na proposta, pela globalidade do prazo contratual;
 - 1.5. Não alterar as condições de fornecimento fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
 - 1.6. Assegurar a garantia dos bens a fornecer;
 - 1.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados à Entidade Adjudicante relativos à entrega dos bens identificados na sua proposta e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
 - 1.8. Designar um gestor de cliente, que servirá de interlocutor com o representante da Entidade Adjudicante, em todos os aspetos da execução do contrato;
 - 1.9. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
 - 1.10. Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade profissional;
 - 1.11. Executar o fornecimento com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - 1.12. Cumprir e fazer cumprir as normas legais aplicáveis ao fornecimento;
 - 1.13. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
 - 1.14. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento do bem objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante. Sempre que houver interrupção da prestação de serviços não programada, o fornecedor emitirá, no prazo de 10 (dez) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma, e proposta de calendarização alternativa;
 - 1.15. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
 - 1.16. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuado o fornecimento dos bens, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - 1.17. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

- 1.18. Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o fornecedor indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
 - 1.19. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
 - 1.20. Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados.
 - 1.21. Assegurar que toda a documentação a enviar à Entidade Adjudicante é feita por meios eletrónicos ou, em alternativa, utilizar papéis de gramagem mais baixa e de papel reciclado, desde que não comprometa a qualidade da impressão bem como a utilização de tinteiros/toners reciclados.
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e/ou informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento das obrigações a que está adstrito, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 6.ª

CONTROLO DE EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E INSPEÇÃO

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo fornecedor e o qual fará a inspeção e o acompanhamento do fornecimento, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, em matéria de modificação e cessação do contrato.
2. O acompanhamento da execução do fornecimento será efetuado sempre a Entidade Adjudicante o julgue conveniente, diretamente pelo gestor do contrato, ou por representante por si designado.
3. Efetuado o fornecimento objeto do contrato, a Entidade Adjudicante, através do gestor, procederá à inspeção quantitativa e qualitativa daquele, com vista a verificar se está em conformidade com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais que se encontram definidos nas Especificações Técnicas e com os que constam mencionados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
4. Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
5. A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do fornecedor.

6. O fornecedor não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito do fornecimento a realizar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

CLÁUSULA 7.^a

DISCREPÂNCIAS

1. Se no decorrer da execução do contrato não se comprovar a total operacionalidade do fornecimento objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após o fornecedor proceder às correções necessárias, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
4. São excluídos de garantia todas discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.
5. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o fornecedor compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento de honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

CLÁUSULA 8.^a

TRANSIÇÃO DO FORNECIMENTO

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o fornecedor obriga-se a prestar toda a assistência necessária para a transição do fornecimento objeto do contrato para a nova Entidade Adjudicante ou para um terceiro por esta designado, de modo a garantir a continuidade do fornecimento objeto do contrato.

CLÁUSULA 9.^a

CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE

1. O fornecedor deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses para a Entidade Adjudicante.
2. O fornecedor obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, que possa resultar em quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

CLÁUSULA 10.^a**CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.
6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O fornecedor obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
9. Os dados pessoais a que o fornecedor tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
10. O fornecedor compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
11. As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.

- 12.O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
- 13.O fornecedor obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto na Lei da Proteção de dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto) que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado abreviadamente por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente a:
 - 13.1. Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
 - 13.2. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - 13.3. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - 13.4. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - 13.5. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - 13.6. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - 13.7. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
- 14.O fornecedor obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o fornecedor celebre com outras entidades por si subcontratadas.
- 15.O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
- 16.Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.

17.No caso em que o fornecedor seja autorizado pela Entidade Adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

CLÁUSULA 11.ª

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 12.ª

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

1. Efetuar o controlo da qualidade do fornecimento, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, de segurança, entre outras, contratadas;
2. Monitorizar o fornecimento, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios detetados, identificar as causas, solicitando ao fornecedor a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
3. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à execução do fornecimento;
4. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 13.ª

PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento do bem objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao fornecedor o valor resultante em função dos abastecimentos efetuados mensalmente, sendo considerado sempre o valor de desconto apresentado na proposta adjudicada, até ao valor base fixado para o respetivo lote, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O somatório dos valores dos abastecimentos efetuados não poderá ultrapassar o valor base fixado para o respetivo lote.
3. O valor base global fixado para o presente procedimento é de **148.970,29€ (cento e quarenta e oito mil novecentos e setenta euros e vinte nove cêntimos)**, acrescido de imposto sobre o valor

acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, correspondendo aos seguintes valores base parciais, por lote:

- 3.1 Lote 1 - Gasóleo simples e gasolina simples 95: 66.729,16€ (sessenta e seis mil setecentos e vinte nove euros e dezasseis cêntimos), acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
 - 3.2 Lote 2 - Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Juncais e Fornos de Algodres: 45.398,25€ (quarenta e cinco mil trezentos e noventa e oito euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
 - 3.3 Lote 3 - Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Muxagata e Queiriz: 36.842,88€ (trinta e seis mil oitocentos e quarenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
4. Constituem parâmetros base, para efeitos do n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, o a seguir indicado:
- 4.1. O preço mínimo de desconto admissível é 0,09€ (nove cêntimos) para o combustível rodoviário (gasóleo simples e gasolina simples 95), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 - 4.2. O preço mínimo de desconto admissível é 0,11€ (onze cêntimos) para o gasóleo de aquecimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
5. A violação do parâmetro base mencionado no ponto anterior implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
6. O preço referido no número 2 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 14.ª

FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Para efeitos de pagamento, o fornecedor deverá apresentar à Entidade Adjudicante as correspondentes faturas, com uma periodicidade mensal, com uma antecedência mínima de 30 dias, em relação à data do respetivo vencimento.
2. A Entidade adjudicante obriga-se a pagar ao fornecedor o valor resultante em função dos abastecimentos efetuados mensalmente, tendo como limite máximo o preço base fixado para o procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos definidos nos números seguintes e com respeito pelo disposto na cláusula anterior.
3. O preço a faturar por litro será o que resultar da aplicação do desconto fixo apresentado na proposta ao valor de referência do Adjudicatário, para o dia de abastecimento e para cada tipo de combustível, o qual não poderá ser superior em mais de 5% do médio de venda ao público desse mesmo dia publicado no site <https://precoscombustiveis.dgeg.gov.pt/estatistica/preco-medio-diario/>, ao qual deve ser retirado o IVA à taxa legal em vigor.
4. Na eventualidade do fornecedor praticar promoções pontuais nos locais de abastecimento objeto do contrato a celebrar que concedam condições mais vantajosas do que as decorrentes do contrato celebrado, aplicar-se-ão as primeiras.

5. Os pagamentos serão efetuados pela Entidade Adjudicante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a apresentação da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento integral das obrigações a que se refere.
6. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no último dia de cada mês, sendo que os pagamentos a efetuar serão fixados em função dos abastecimentos efetuados mensalmente.
7. Cada fatura deverá referir especificamente o fim a que se destina nomeadamente para efeitos de elegibilidade de despesas.
8. As faturas no âmbito do presente contrato devem ser emitidas em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações.
9. As faturas relativas ao lote 1, deverão ser emitidas mensalmente e conter no mínimo a seguinte informação:
 - a) Identificação do número do contrato;
 - b) Identificação da Entidade Adjudicante;
 - c) Identificação do veículo;
 - d) Localização do local de abastecimento;
 - e) Data e hora do abastecimento;
 - f) Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades;
 - g) Identificação do número de quilómetros à data do abastecimento;
 - h) Preço unitário praticado, de acordo com o desconto proposto no concurso;
 - i) Identificação de possíveis irregularidades no abastecimento, se aplicável.
10. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, o Gestor do Contrato deve comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à regularização da situação.
11. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas, a presente cláusula não autoriza o fornecedor a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe sejam incumbidas, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 15.ª

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis):
 - a) Em ambos os lotes: 2% do valor contratual do lote por cada abastecimento em que se verifique não foi respeitado o valor de desconto apresentado na proposta adjudicada;
 - b) Lote 2 e 3:

- a. 2% do valor contratual do lote 2 sempre que se verifique o fornecimento quantidades inferiores às quantidades requisitadas que coloquem em causa o normal funcionamento da Entidade Adjudicante;
 - b. Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária do fornecimento por parte do fornecedor, por facto que lhe seja imputável, este ficará sujeito a uma multa correspondente ao valor dos bens em falta e indemnizará a Entidade Adjudicante das despesas eventualmente realizadas com o fornecimento de gásóleo de aquecimento alternativo. Sem prejuízo de, em caso de se verificar reincidência por parte do fornecedor, a Entidade Adjudicante, reserva-se o direito de extinguir o contrato.
2. A dedução da importância das multas aplicadas nos termos do número anterior, será efetuada aquando do pagamento, sendo nesta altura feitos os acertos necessários.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a APSCDFA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Fornecedor e as consequências do incumprimento.
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a APSCDFA decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.
6. A APSCDFA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a APSCDFA exija uma indemnização pelo pelos danos decorrentes do incumprimento do fornecimento.
8. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

CLÁUSULA 16.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor, na parte em que intervenham;

- 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Fornecedor, de normas legais;
- 3.5. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do Fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
- 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 17.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DA APSCDFA

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a APSCDFA pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º do CCP, designadamente, nos casos de:
 - 1.1. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Fornecedor;
 - 1.2. Oposição reiterada do Fornecedor ao exercício dos poderes de fiscalização da APSCDFA;
 - 1.3. Incumprimento, por parte do Fornecedor e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes do contraente público no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução do fornecimento;
 - 1.4. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
 - 1.5. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - 1.6. O Fornecedor se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
 - 1.7. Incumprimento reiterado da aplicação do valor de desconto apresentado na proposta adjudicada.
2. A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja

determinado pela APSCDFA, podendo o fornecedor pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

4. O disposto nos números anteriores não prejudica o direito de indemnização à Entidade Adjudicante nos termos gerais do direito, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato ou de outros prejuízos.

CLÁUSULA 18.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Fornecedor pode resolver o contrato em caso de:
 - 1.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 332.º do CCP;
 - 1.2. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à APSCDFA;
 - 1.3. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela APSCDFA, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
3. Nos casos previstos no ponto 1.3., o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo Fornecedor à APSCDFA, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 19.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da APSCDFA, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 20.ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação do fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do CCP.

CLÁUSULA 21.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
 - a) Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública;
 - b) Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual das entidades a identificar no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
3. No caso das comunicações do Fornecedor à APSCDFA, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a APSCDFA e que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 22.^a

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 23.^a

COMUNICAÇÃO DA NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO

1. As partes devem comunicar à outra a vontade de não renovar o contrato, respeitando um aviso prévio de 30 dias, não havendo lugar à obrigação de indemnização.
2. A comunicação deve ser escrita e redigida em português, pelos meios previstos na cláusula 23.^a e de acordo com o estabelecido no artigo 468.º do CCP.

CLÁUSULA 24.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do fornecimento a contratar, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 25.^a

ENQUADRAMENTO

O presente procedimento diz respeito ao fornecimento contínuo de combustível rodoviário para as viaturas da Associação e de gásóleo de aquecimento, por lotes, para a Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres.

CLÁUSULA 26.^a

ESPECIFICAÇÕES DO FORNECIMENTO

LOTE 1: Gasóleo simples e gasolina simples 95

1. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 1.1. O fornecimento será efetuado de forma permanente e contínua e de acordo com as necessidades da Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres, durante o prazo de execução do contrato.
- 1.2. A execução do contrato de fornecimento de combustível rodoviário, será realizada através de cartão frota e deverá ser realizada sem encargos para a Entidade Adjudicante, em qualquer local de abastecimento propriedade ou disponibilizado pelo fornecedor, em todo o território nacional, sendo que as viaturas da Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres deslocar-se-ão pelos próprios meios ao local de abastecimento.
- 1.3. É obrigatório apresentar, pelo menos, um local de abastecimento de combustível no concelho de Fornos de Algodres.
- 1.4. A distância percorrida entre a sede da Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres e o local mais próximo que possibilite o abastecimento pelas viaturas **não pode ser superior a 6 km, sob pena de exclusão da proposta.**
- 1.5. O fornecedor fica sujeito, com as devidas adaptações, à garantia do fornecimento, de acordo com o estipulado pela Direção Geral de Energia e Geologia.

2. ANOMALIAS

- 2.1. A Entidade Adjudicante deve comunicar ao fornecedor, qualquer anomalia resultante do abastecimento dos produtos.
- 2.2. Quando a anomalia for imputável à entidade adjudicatária, esta fica obrigada a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização do(s) veículo(s) que existiam anteriormente à ocorrência da anomalia.
- 2.3. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigida à entidade adjudicatária uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, bens ou pela inoperacionalidade do veículo.
- 2.4. O fornecedor deverá, sempre que um veículo seja abastecido, fornecer o respetivo comprovativo ao condutor com indicação, no mínimo, dos seguintes elementos:
 - Identificação do número do cartão;

- Identificação da Entidade Adjudicante;
- Identificação do condutor que procedeu ao abastecimento
- Identificação do veículo;
- Identificação do número de quilómetros à data do abastecimento;
- Data, hora e local do abastecimento;
- Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades;
- Preço de venda e valor do desconto.

2.5. O fornecedor deverá disponibilizar os serviços adequados para reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, durante os dias úteis no período das 09h00 às 18h00, nomeadamente:

- Contactos telefónicos específicos (por assunto);
- Um endereço de correio eletrónico;
- O registo, com um identificador único, de qualquer ocorrência comunicada.

3. CARTÃO FROTA

- 3.1. O fornecedor será responsável pela emissão de um único cartão eletrónico de abastecimento, por viatura, sem custos para a Entidade Adjudicante.
- 3.2. O fornecedor deve disponibilizar nas instalações da Entidade Adjudicante os cartões no período máximo de 8 (oito) dias úteis, após a requisição dos mesmos pela Entidade Adjudicante;
- 3.3. Em caso de dano ou extravio do cartão, a Entidade Adjudicante comunicará, por escrito, ao fornecedor a ocorrência do facto que deverá a partir do momento da tomada de conhecimento cancelar a validade do cartão.
- 3.4. Cabe ao fornecedor a responsabilidade pela utilização abusiva do cartão após a comunicação feita, nos termos do número anterior.
- 3.5. As emissões de segunda via dos cartões, até um máximo de uma emissão anual por cartão, não têm custo adicional para a Entidade Adjudicante.
- 3.6. Os cartões eletrónicos de abastecimento devem prever os seguintes requisitos e funcionalidades:
 - Associação a uma viatura, através da identificação pela matrícula;
 - Associação à Entidade Adjudicante, através da identificação pela designação da entidade e por código unívoco;
 - Associação ao número do contrato;
 - Possibilidade de atribuição de número e um código secreto (PIN);
 - Possibilidade de fixar um limite de abastecimento em valor;
 - Permitir adicionar novos cartões;
 - Permitir eliminar cartões emitidos;
 - Permitir a gestão online dos cartões, assim como consulta detalhada dos consumos por cartão;
 - Permitir a exportação dos detalhes desses consumos;
 - Possibilidade de inibição de cartões por parte da Entidade Adjudicante.
 - Registo dos consumos, com os seguintes dados:

- Número do cartão;
- Data, hora e local do abastecimento;
- Identificação do veículo;
- Identificação do condutor;
- Identificação do produto e da quantidade abastecida;
- Identificação do número de quilómetros à data do abastecimento;
- Preço por litro praticado no local de abastecimento;
- Preço de venda praticado no momento de abastecimento;

4. ESTIMATIVA DE CONSUMO

TIPO DE COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (LITROS)
Gasóleo simples	44.283,96 Litros
Gasolina simples 95	5.711,68 Litros

As quantidades previstas no n.º 4 da presente Cláusula são meramente indicativas das ocorrências do ano anterior, podendo variar para mais ou para menos as quantidades requisitadas, relevando apenas para elaboração da proposta, não ficando a Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres vinculada às quantidades aí indicadas.

5. LISTAGEM DE VEÍCULOS EXISTENTES

MATRÍCULA	TIPO DE COMBUSTÍVEL
05-FS-19; 21-RX-36; 21-RX-37; 24-OH-96; 36-02-MS; 59-68-NX; 63-91-VI; 65-48-RN; 65-49-RN; 74-QZ-56.	Gasóleo simples
11-31-CR; 33-58-JJ; 20-74-TD; AV-63-NA; AX-37-CS.	Gasolina simples 95

CLÁUSULA 27.^a

ESPECIFICAÇÕES DO FORNECIMENTO

LOTE 2: Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Juncais e Fornos de Algodres

1. ENQUADRAMENTO

A execução do contrato inicia no dia seguinte à sua assinatura, devendo iniciar-se todos os trabalhos de transição do anterior fornecedor, para o novo, para posterior limpeza e enchimento do depósito.

2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. Os depósitos existentes nas diversas respostas sociais são:

- Centro de Dia de Juncais - depósito aéreo tem a capacidade de 1000 litros e está em regime de propriedade plena;
- Creche (freguesia de Fornos de Algodres) - depósito aéreo tem a capacidade de 1000 litros (do tipo “mazoote plus” ou equivalente) e está em regime de propriedade plena;
- CAO (Edifício Sede - freguesia de Fornos de Algodres) - depósito aéreo tem a capacidade de 2000 litros e está em regime de propriedade plena.

2.2. Deverá ser acordado, entre as partes, um plano de limpeza e manutenção do reservatório e restantes equipamentos da instalação, antes do início do fornecimento.

2.3. A entrega deve ser efetuada, no máximo 24 horas após a receção da requisição efetuada pela entidade adjudicante.

2.4. A limpeza e segurança do depósito e restantes equipamentos da instalação devem ser asseguradas pelo fornecedor.

2.5. As inspeções ao depósito e restantes equipamentos da instalação, previstas na legislação, ficarão a cargo da empresa fornecedora, enquanto entidade distribuidora.

3. ESTIMATIVA DE CONSUMO

TIPO DE COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (LITROS)
Gasóleo de aquecimento	29.108 Litros
Gasóleo de aquecimento do tipo “mazoote plus” ou equivalente	5.044 Litros

CLÁUSULA 28.^a

ESPECIFICAÇÕES DO FORNECIMENTO

LOTE 3: Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Muxagata e Queiriz

1. ENQUADRAMENTO

A execução do contrato inicia no dia seguinte à sua assinatura, devendo iniciar-se todos os trabalhos de transição do anterior fornecedor, para o novo, para posterior limpeza e enchimento do depósito.

2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. Os depósitos existentes nas diversas respostas sociais são:

- ERPI de Muxagata – depósito aéreo tem a capacidade de 1500 litros e está em regime de contrato de comodato;
 - ERPI de Queiriz - depósito aéreo tem a capacidade de 1000 litros e está em regime de contrato de comodato.
- 2.2. Deverá ser acordado, entre as partes, um plano de limpeza e manutenção do reservatório e restantes equipamentos da instalação, antes do início do fornecimento.
- 2.3. A entrega deve ser efetuada, no máximo 24 horas após a receção da requisição efetuada pela entidade adjudicante.**
- 2.4. A limpeza e segurança do depósito e restantes equipamentos da instalação devem ser asseguradas pelo fornecedor.
- 2.5. As inspeções ao depósito e restantes equipamentos da instalação, previstas na legislação, ficarão a cargo da empresa fornecedora, enquanto entidade distribuidora.

3. ESTIMATIVA DE CONSUMO

TIPO DE COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (LITROS)
Gasóleo de aquecimento	27.716 Litros